Governo deseja alterar 73 artigos

Doze deles são essenciais para meta de reduzir o déficit público

Embora pretenda apresentar emendas para alterar 73 dispositivos do texto constitucional aprovado pela Constituinte no primeiro turno, o Governo se concentrará especialmente na supressão ou modificação de 12 artigos, quase todos incluídos nas Disposições Transitórias, segundo afirmou ontem, pela manhã, o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, após reunião com o presidente José Sarney, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, os chamados ministros da Casa e o consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Dentre os pontos que merecerão o esforço concentrado do Governo estão, segundo Carlos Sant'Anna, os que disciplinam o voto facultativo aos 16 anos, as greves nos serviços essenciais, jornada de trabalho de 6 horas ininterruptas, licença-paternidade, censura aos ministros, tabelamento dos juros em 12% ao ano, anistia às micro e pequenas empresas; criação de Imposto de Renda adicional pelos estados; e os novos cálculos para a aposentadoria. O líder do Governo considera difícil reunir 280 constituintes alinhados ao Palácio do Planalto e, por isso, prevê que, para conseguir a supressão ou modificação desses dispositivos, será necessária a formalização de acordos com os demais partidos.

As demais alterações, explicou Carlos Sant'Anna, por serem mais simples, poderão ser aprovadas independentemente de acordo e muitas das emendas já foram apresentadas por parlamentares alinhados com o Governo, da bancada do PMDB moderado e do PFL. Carlos Sant'Anna afirmou ainda que essa série de emendas tem como objetivo aperfeiçoar o texto constitucional.

Apesar de considerar difícil a presença de 280 constituintes em Brasília, devido à realização das eleições municipais em novembro, o líder do Governo esclareceu que nos pontos considerados essenciais "vamos fazer o possível para mobilizar todos os que estejam de acordo para termos os 280 votos". Carlos Sant'Anna afirmou que os dispositivos aprovados por acordo tendem a ser mantidos.

Segundo o líder do Governo, os acordos foram quanto à metodologia de votação e não quanto ao mérito das matérias. A censura a ministros, por exemplo, não resultou de acordo, mas de uma grande votação, "de bate-chapa, quando se definiu o sistema de Governo." Sem confirmação oficial, soube-se no Palácio do Planalto que os outros dois pontos considerados essenciais pelo Governo são a necessidade de mandado judicial para prisão em flagrante e a subordinação de Fernando de Noronha a Pernambuco e a estabilidade do servidor público após cinco anos. (As emendas dos constituintes estão na página 8).

JULIO ALCANTARA

Com ajuda de Luis Marques e Paes Landim, Sant'Anna(C) passa em revista as emendas ao 2º turno

OS ALVOS PRINCIPAIS

1. Voto facultativo aos 16 anos de idade
2. Direito de greve nos serviços essenciais
3. Licença paternidade de oito dias
4. Jornada de 6 horas em turnos ininterruptos
5. Tabelamento de juros em 12 por cento ao ano
6. Demissão por censura aos ministros de Estado
7. Anistia das dívidas de micro e pequenas empresas
8. Criação de Imposto de Renda adicional pelos Estados
9. Novos cálculos para pagamento da aposentadoria
10. Estabilidade do servidor público após 5 anos
11. Exigência de mandato judicial para prisão
12. Subordinação de Fernando de Noronha a Pernambuco

Líder acha autor para as emendas do Planalto

Todos os artigos das disposições transitórias — principalmente — que representem aumento de despesas sem custeio ou possam gerar problemas para o Executivo foram objeto de emendas supressivas apresentadas pela liderança do Governo ou parlamentares da sua confiança. Entre eles estão a estabilidade de servidores públicos, a anistia aos micro empresários e pequenos produtores rurais, a anistia aos devedores do Imposto de Renda, dos juros e correção monetária, aqueles que representam trem de alegria, incentivo a marajás e até o que deixa o funcionário escolher a lei mais vantajosa para reger sua aposentadoria.

O Governo, além disso, quer o fim da jornada de seis horas de trabalho, do tabelamento de juros, da greve nos serviços públicos essenciais, da censura a ministros e da cobrança de um imposto adicional de 5% na renda das pessoas físicas e jurídicas para atender os estados e municípios. Segundo o líder Carlos Sant'Anna, são ao todo pouco mais de 70 emendas, mas em menor número de temas, já que algumas s-ao para suprimir total ou parcialmente.

Segundo ainda Sant'Anna, há interesse em suprimir a palavra "judiciária" do artigo que trata da prisão de indivíduos, deixando apenas que o mandado com essa finalidade seja expedido pela autoridade competente. Mas, apesar das muitas emendas, o líder reconheceu que apenas uns poucos temas, talvez dez, sejam objeto de acordos globais.

Entre eles, listou a censura aos ministros, o voto aos 16 anos, a anistia aos micro empresários e o tabelamento de juros.

Ele acha que suas propostas coincidem apenas em 15%, com as do PFL. Em contrapartida, são semelhantes na maior parte às do grupo do Centrão, tanto assim que a seleção contou com a participação dos deputados Luiz Eduardo Magalhães, Paes Landim e José Lins, entre outros. O Governo, no caso do tabelamento de juros, por exemplo, fez uma emenda total para suprimir o artigo e outras de forma a tirar palavras suficientes para deixar o assunto ser definido em lei.

Sant'Anna admitiu que precisa lutar para salvar os cofres do Tesouro do rombo que levarão no caso, de serem mantidos, por exemplo, os artigos 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 41, 52, e 53 das disposições transitórias. Quer ainda reverter a anexação do território de Fernando de Noronha ao estado de Pernambuco, mas está seguro de que somente através de acordos conseguirá êxito no plenário.

Isso porque reconheceu que as eleições municipais obrigarão os constituintes a ficar mais nos estados, interferindo na freqüência média em plenário. Além disso, nenhum partido dispõe sozinho de 280 votos, outro dado a estimular as negociações. Sant'Anna não quer, porém, se envolver com a emenda que acaba com a autonomia política do Distrito Federal, alegando que tem outros temas mais importantes para defender e até porque já se sente um pouco brasiliense pelos anos que está na cidade e os dois netos nascidos aqui.

O líder negou, por último, que tenha feito apenas emendas do Governo, assinalando que desenvolveu amplo trabalho de varredura com seus assessores para identificar no texto do primeiro turno tudo que precisasse de correção. Depois, recorreu aos integrantes do Centrão, mas acabou precisando se concentrar apenas nas disposições transitórias por causa da limitação do número de emendas por constituintes.

2º turno faz Saulo ignorar ordem médica

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, esqueceu nos últimos dias a recomendaç-ao médica para reduzir o ritmo de seu trabalho, depois de passar por uma cirurgia cardíaca, e dedicou-se, em regime de tempo integral, ao estudo dos pontos que o Governo pretende alterar no projeto de Constituição, durante o segundo turno de votação que começa no próximo dia 26.

Ao ser perguntado quais são exatamente os pontos que estão na mira do Governo para alterar, Saulo Ramos desconversa: "São tantos os artigos que gostaríamos de alterar que até perdi a conta", diz bem-humorado, e argumenta que não teria sentido anunciar os pontos que o Governo pretende alterar pois assim fazendo estaria alertando a oposiç-ao que, imediatamente, começaria a torpedear as emendas apresentadas.

Mesmo assim, Saulo Ramos revela que ele, pelo menos, é contra três pontos que as lideranças do Governo tentarão suprimir. O primeiro ponto é retirar do artigo 5º, dos direitos individuais, a expressão "residentes no País". Segundo ele, esta expressão é restritiva e deixaria de fora, por exemplo, os brasileiros residentes no exterior. O artigo que o consultor-geral referiu-se, estabelece: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurada aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes..."

Ele revelou, ainda, que o Governo pretende suprimir, através de suas lideranças, o artigo 52 das Disposições Transitórias que estabelece a cobrança de correção monetária sobre os passivos das instituições financeiras em liqüidação somente para com o Banco Central e o extinto Banco Nacional de Habitação — BNH —. "Neste caso a Constituinte choveu no molhado porque já existe uma lei regulamentando esses dois casos".

Confiança valeu para a triagem

As voltas com as emendas de interesse do Palácio do Planalto e com poucos constituintes dispostos a apadrinhá-las, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, só encontrou ontem uma saída: fazer a análise criteriosa dos autores de emendas já apresentadas sobre temas de seu interesse para ver se podia confiar neles. Quando era "gente amiga", ligava, anunciando apoio ao texto e dizendo que iria lutar pela aprovação. Com isso, reservava espaço para outras emendas, já que cada constituinte só podia fazer um máximo de quatro no segundo turno.

Isso foi necessário porque Sant'Anna acabou surpreendido com o trabalho do líder do PFL, José Lourenço, que se antecipou a ele e conseguiu na sua bancada as assinaturas para todas as emendas de interesse do partido, sem considerar as do Governo. O líder governista mobilizou inclusive senadores ligados ao Palácio do Planalto, mas no início da noite assegurou que já dispunha de constituintes suficientes para assumir as emendas sugeridas pelo Executivo.

A análise do grau de confiança no constituinte, segundo Sant'Anna, foi necessária porque a emenda pertence ao autor. Assim, se na fase de votação ele quiser, poderá retirar a proposta. Dessa maneira, evitou, por exemplo, as emendas dos partidos de esquerda e mesmo de parlamentares do PMDB ou do PFL que pudessem lhe fazer surpresas futuras. Outra precaução foi com a autoria em si, de modo a não despertar antipatia a propostas quando elas são importantes apenas por causa do subscritor, o que é comum ocorrer no plenário.

A pouca disponibilidade de constituintes ligados ao Governo para apresentar as emendas sugeridas, na maior parte através de documento remetido pelo Gabinete Civil da Presidência da República, obrigou a liderança também a concentrar-se na parte das disposições transitórias, que na definiç-ao de Carlos Sant'Anna "dão um tombo no erário", ou seja, representam despesas sem custeio.

A triagem de assuntos levou ontem muito tempo. Junto com assessores do Planalto, deputados da vice-liderança do Governo e outros que alimentam ainda a esperança de reerguer o Centrão, Sant'Anna selecionou os temas das emendas consideradas fundamentais através consulta a listagem da mesa da Constituinte, na qual sabia o conteúdo das propostas apresentadas por outros partidos.

Em alguns casos, a confiança e o fato de formarem juntos na ala moderada do PMDB não foram suficientes para dispensar a apresentação dupla da emenda, porque, segundo Carlos Sant'Anna, o conteúdo era considerado fundamental para o Governo. Os problemas eram tantos que não foram feitas emendas de redação, pois o líder acha possível negociar depois com o relator Bernardo Cabral uma forma de melhorar o texto. Apesar das pouco mais de 70 emendas supressivas, a liderança admite que terá de concentrar esforços num máximo de 10 temas essenciais, ou do contrário não terá êxito na alteração durante as votações.

Emendas são entregues na última hora

Como já estava previsto, a maioria dos constituintes deixou para entregar somente ontem à noite suas emendas ao segundo turno da Constituinte. Às 18h, elas não passavam de 700; às 20h já eram 1.157 emendas e às 21h esse número era de 1.219. Os trabalhos da Secretaria Geral da Constituinte, no entanto, não foram tumultuados. "Já temos muita experiência", disse Regina Beatriz Ribas Mariz, que coordena a equipe de quase 30 funcionários que operacionalizava as tarefas de registros das emendas.

Regina Beatriz falou que um dos poucos problemas registrados foi o de não conferência das assinaturas de alguns constituintes colocadas nas emendas com as rubricas originais. "Mas não se configurou intenção de fraude em nenhuma delas, já que consultados por telefone os parlamentares confirmavam a autoria das respectivas emendas", acrescentou aquela funcionária, sem querer citar nome de ninguém.

Segundo ela, muitos desses constituintes alegavam que haviam depositado sua assinatura em lugares desapropriados — "alguns apoiavam o papel até na própria perna" — daí a diferença registrada entre uma e outra assinatura.

Centrão promete mudar 8 pontos

Rio — Depois de uma reunião com 26 empresários fluminenses de grosso calibre na Associação Comercial do Rio de Janeiro, o líder do **Centrão**, deputado Ricardo Fiúza, revelou que pelo menos oito dispositivos aprovados na votação do 1º turno da Constituinte serão suprimidos na etapa final da definição da nova Constituição.

Entre os pontos sistematizados pelo deputado do PFL de Pernambuco, estão o conceito de empresa nacional, o direito de greve, a nacionalização das explorações minerais, o turno de seis horas para trabalhadores de empresas que funcionam ininterruptamente o abono de um terço dos salários para as férias e o voto aos 16 anos.

De acordo com o parlamentar, "ainda não é possível se ter claro o que poderá ser negociado e o que irá para a votação no plenário. De qualquer maneira, ainda segundo Fiúza, hoje ele terá um encontro com o presidente José Sarney para discutir o assunto. O parlamentar acha que o governo deve ter um posicionamento concreto em relação aos assuntos polêmicos, porque alguns estão relacionados com a estabilidade política e econômica do País:

— A rigor, no primeiro turno, o Governo só tomou posição em relação ao mandato de cinco anos e ao sistema de Governo — admitiu Ricardo Fiúza, um dos parlamentares que integraram a comitiva de Sarney na visita à China.

O deputado do **Centrão** se reuniu durante duas horas na tarde de ontem com 26 empresários fluminenses — entre os quais o presidente da IBM do Brasil, Rudolf Hohm; o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Artur João Donato; o presidente do Sindicato dos Bancos, Theóphilo Azeredo Santos; o presidente em exercício da Associação Comercial, Osvaldo Tavares, e Olavo Monteiro de Carvalho, do grupo Monteiro Aranha.

A estes empresários, o deputado explicou as "dificuldades regimentais" para se proceder a modificações substanciais na votação no segundo turno, "uma vez que se pode suprimir, mas não se pode inverter o sentido" do que foi proposto.

Couto aposta no 2º turno

O ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse ontem que está "absolutamente convencido" de que a Constituinte desenvolverá um "denso e construtivo" trabalho durante o segundo turno da votação. "A Constituinte é integrada por homens públicos responsáveis, conscientes da grandeza do trabalho que estão realizando", afirmou o ministro.

Costa Couto considerou "uma injustiça", as críticas que atualmente estão sendo feitas em relação à assiduidade dos constituintes. "Os autores dessas críticas deveriam antes analisar as razões da pouca freqüência dos parlamentares atualmente em Brasília", acrescentou o ministro. Ele justificou o baixo quorum que vem sendo registrado nos últimos dias a "três razões muito simples":

— Os constituintes há pouco concluíram um intenso trabalho no primeiro turno da votação, que muitas vezes exigiu três turnos, nada mais natural que agora gozem um merecido repouso; as duas Casas — Câmara e Senado — encontram-se em recesso e, por conseqüência a Assembléia Nacional Constituinte vive atualmente uma espécie de recesso branco — lembrou Costa Couto.

Outro ponto apontado pelo ministro para justificar a pouca freqüência dos parlamentares na Assembléia Nacional Constituinte foi o que considerou "necessidade natural dos deputados e senadores de darem assistência às suas bases, principalmente neste período próximo das eleições municipais".

— Não tenho a menor dúvida de que os constituintes saberão honrar a missão que lhes foi confiada pelos seus eleitores, e desempenharão com responsabilidade a grande tarefa de elaborar a futura Carta Magna, afirmou o ministro.

Sarney examina as emendas

O presidente José Sarney reuniu-se ontem, durante grande parte da tarde, com o ministro do Gabinete Civil, Costa Couto, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, para concluir o levantamento dos pontos aprovados no primeiro turno da Constituinte e que "representam ameaça à governabilidade da economia". Segundo o porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Santos, "o elenco de pontos que preocupam o Governo foi entregue às suas lideranças no Congresso. Cabe agora a esses líderes decidir quais serão transformados em emendas supressivas".

Carlos Henrique não quis antecipar-se informando que artigos o Planalto estaria interessado em eliminar no segundo turno, alegando que embora o Governo tenha orientado seus líderes sobre as questões que o preocupa, "n-ao pode interferir numa decisão que cabe aos constituintes. Nem se antecipar, pois assim estaria estabelecendo trilhos para a Constituinte. Toda a convivência exige respeito e uma certa cerimônia", lembrou o porta-voz.

"A única coisa que posso adiantar é que o Governo está muito preocupado com os benefícios que foram aprovados no primeiro turno da Constituinte mas que não tiveram, contudo, a indicação das fontes de recursos necessárias para que possam ser custeados", limitou-se a dizer Carlos Henrique. Também o ministro do Gabinete Civil, Costa Couto, assegurou que o Governo limitou-se a sugerir os pontos que necessitam ser alterados, as emendas ficarão a cargo das lideranças. Segundo ele, apenas 42 pontos do projeto da Constituição, aprovado no primeiro turno, precisam sofrer modificações substanciais.

Ari Cunha
VISTO, LIDO E OUVIDO

Indústria emperra a solução para o Brasil

Na ânsia desesperada de se salvar, a indústria brasileira está arrastando o País para uma crise muito maior, de conseqüências imprevisíveis. É que temendo a repetição do congelamento do cruzado, ela está aumentando os seus preços numa proporção que não permitirá ao consumidor, a aquisição dos itens produzidos.

Outro dia, no interior de Goiás, presenciei um fato que jamais poderia pensar que alguém tão impatrioticamente tivesse coragem de fazer. Indagando numa casa de ferragens os preços, adquiri alguns produtos, e quando a nota fiscal estava sendo tirada, vi que os preços mais do que dobravam. Quando reclamei, o vendedor simploriamente me disse que iria dar um desconto de 62 por cento. Ora, para quem não tinha pedido nenhum desconto, receber 62 por cento seria um verdadeiro absurdo.

O dono da loja ouviu a conversa, e se aproximou. Foi ele quem me disse que a indústria mandava uma tabela de preços, e pedia "para a gente ir ao final de cada mês, dando o desconto referente à inflação daquele mês". Ora, aquele pobre homem não teria, certamente, computador, a listagem era toda eletrônica, e só podia, mesmo, vir da fábrica fornecedora.

Com este gesto, essa indústria pode se defender, mas seu gesto vai prejudicar o Brasil inteiro, inclusive aquele pequeno pedaço de Goiás que naquele momento estava visitando.

XXX

SINDICATO — *A vida sindical no Brasil está atrasada demais. Está ainda vivendo as expressões cubanas. Esqueceram os líderes, que a China já não fala mais em camarilha de Moscou, e que a União Soviética está em plena abertura, com greves e protestos. Outro dia, o Sindicato dos Professores chamou o secretário Fábio Bruno de fasçista. Para quem conhece sua biografia, só pode ficar mal para o Sindicato.*

XXX

SBPC — *No tempo da repressão, as reuniões da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) eram um barato. Hoje, muda a situação, não há mais por que se realizarem. E a prova disto foi a valação e a balbúrdia ocorrida em São Paulo. Os seus membros não têm contra quem lutar, porque é ela quem está no governo.*

XXX

TRÂNSITO — *Está se popularizando em Brasília o mau hábito de avançar sinal, quando não vem carro do outro lado. Isto, porque falta policiamento. E a prova foi a Festa dos Estados. Mais de um milhão de pessoas se encontraram nos três dias, e não houve uma única ocorrência policial, porque o coronel Brochado foi previdente, e havia polícia por toda a parte.*

XXX

COMPETÊNCIA — *Os jornalistas que fizeram a cobertura da visita do presidente Sarney à China não negam elogios ao comportamento do porta-voz Carlos Henrique, como profissional e como cavalheiro. A imprensa internacional foi atendida em tudo, e a nacional recebeu todas as informações de que precisava. Não é comum tal acontecer.*

História de Brasília

BANCO DO BRASIL — **Naqueles tempos da construção da cidade, um ponto bom de se freqüentar era a cantina da Capfesp ou o acampamento do Banco do Brasil, na 303. Passando as lâminas, que ficavam logo na entrada à direita, a gente chegava à casa do Geraldo Carneiro, que era diretor do Banco. Sua casa ficava no final do acampamento, já perto do que é hoje a W2. Ali à sombra de uma frondosa sucupira, muitas vezes as reuniões começavam à tarde, e varavam a noite. O whisky era farto e competente, as histórias mineiras eram as melhores, e a presença, ainda, do Campolino, fazia das conversas, momentos inesquecíveis.**

TSE se adapta ao que diz nova Carta

O Tribunal Superior Eleitoral começa esta semana a realizar estudos para viabilizar a aplicação de dispositivos da futura Constituição às eleições de 15 de novembro. O ministro Aldir Passarinho, presidente em exercício do TSE, disse que a eleiç-ao em dois turnos é a inovação mais viável de ser aplicada ainda este ano, mas vê dificuldades na diminuição do prazo do domicílio eleitoral para candidatos.

A nova Carta altera de um ano para quatro meses o prazo de domicílio para os candidatos que quiserem concorrer às convenções. Mas o prazo para a realização de convenções termina no dia 7 de agosto, data em que dificilmente a Constituição estará promulgada.

Uma das hipóteses que o TSE vai estudar será a complementação das convenções partidárias, afirma Aldir Passarinho. Mas os estudos serão feitos levando-se em conta que o calendário eleitoral já está sendo cumprido. "Há todo um sistema eleitoral que não pode ser desprezado". Os estudos do tribunal são autorizados pelas disposições transitórias da nova Constituição que determina que o tribunal poderá editar normas nos casos em que a lei for omissa.

O ministro Aldir Passarinho não acredita que o número de vereadores que integrarão as câmaras municipais possa ser alterado ainda este ano. O artigo 30 das disposições transitórias aumenta o número de vereadores para até 55 nos municípios com mais de cinco milhões de habitantes, contra 33 cadeiras que existem atualmente. Mas o número de vereadores deve ser fixado pelos tribunais regionais até o dia 15 de julho, 90 dias antes do pleito. Para o ministro, será difícil alterar a situação depois que a Constituição for promulgada.

Poucas filiações em Goiânia

Goiânia — Em que pese a justiça eleitoral de Goiânia ter mantido funcionários de plantão no fim de semana, poucos foram os políticos que usaram o último dia de prazo para se filiarem num dos 17 partidos em condições de disputar o pleito municipal de 15 de novembro deste ano. Entre os que fizeram filiação, na última hora, está o ex-vereador Paulo Magalhães, que abandonou o PDT de Leonel Brizola, indicando que a sigla "não tem vez em Goiás e que já está cansado de esperar uma reação da cúpula da agremiação no sentido de se estruturar o partido em todo o Estado".

O PMDB continua sendo o partido que tem maior número de eleitores filiados, em Goiânia. Só na primeira zona eleitoral ele tem mais de 3.000 filiados. Em seguida vem o PT com 288 filiações.

Ontem, em entrevista coletiva o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Lafaiete da Silveira garantiu que o órgão está aparelhado para fazer o alistamento eleitoral dos jovens de 16 a 18 anos, se a matéria for confirmada pela futura Constituição e terminar no próximo dia 6 de agosto.